



**Comunicação e Agroecologia:
a experiência da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto**

Daniel Alfonso León¹
Ana Paula Capello Rezende²
Marcos Sorrentino³
João Dagoberto dos Santos⁴
João Portella Sobral⁵
Antonio de Miranda⁶
Dionara Soares Ribeiro⁷
Paulo Yoshio Kageyama⁸

¹ Equipe Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto.
danielchucuri@hotmail.com

² Engenheira florestal e licenciada em Ciências Agrárias da Esalq/USP - Equipe Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, umbuana@yahoo.com.br

³ Esalq/USP - Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação

Ambiental Nace-PTECA-PPDARAF

⁴ Esalq/USP - Nace-PTECA-PPDARAF

⁵ Esalq/USP - Nace-PTECA-PPDARAF

⁶ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

⁷ MST e Equipe Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto

⁸ Esalq/USP - Nace-PTECA-PPDARAF

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão sobre como construir uma noção de comunicação que ajude a manter em diálogo os propósitos de uma escola popular com a realidade de acampados e assentados do MST e como a comunicação pode contribuir na formação de camponeses em Agroecologia e de assentamentos agroecológicos. Esses elementos fazem parte dos desafios que já apareceram e dos que estão por vir na construção da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, no extremo sul da Bahia. O trabalho dialoga com três situações: primeiro, as condições socioeconômicas que marcaram a história recente da região; segundo, o processo de construção da Escola Popular; e, por último, a formação de um coletivo de comunicação com alguns jovens dos acampamentos da região. Com isso, quer-se visibilizar as possibilidades que oferece a comunicação para o trabalho em Agroecologia, um processo formativo a partir da realidade dos próprios camponeses.

Palavras-chave: Agroecologia; Comunicação; Movimento social; Território camponês.



Introdução

A Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto nasce como uma conquista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no extremo sul da Bahia, processo que conta com apoio da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) através do Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (Nace-PTECA-PPDARAF) e da OCA – Laboratório de Política e Educação Ambiental e do Instituto Cabruca. Durante esses primeiros dois anos, sua dinâmica centrou-se em dois aspectos fundamentais. Por um lado, a busca coletiva das bases e princípios que devem fazer parte da construção da escola em suas dimensões situacional, política, pedagógica e organizativa. E, por outro lado, a realização de processos de formação em Agroecologia com foco em uma equipe, com a qual se espera constituir um grupo de multiplicadores dos conhecimentos aprendidos e propiciar junto aos acampamentos¹ processos de planejamento em uma perspectiva agroecológica, inovando na construção dos assentamentos e fortalecendo novas relações com a natureza.

A partir desses propósitos, destaca-se a relevância da parceria entre movimento social e universidade, relação essa que, no contexto atual da reforma agrária em nível nacional e frente aos impactos do modelo do agronegócio imposto ao campo, fortalece a luta pelo direito à terra e a uma vida digna. Dessa forma, a universidade, cumprindo sua função social, envolve-se na análise e no desenvolvimento de propostas estratégicas e produtivas para superar muitas das situações que estão afetando a agricultura camponesa, cada vez mais esquecida no cenário acadêmico e nas tomadas de decisão políticas, nos apoios governamentais e na orientação de políticas públicas. Portanto, esse tipo de relação contribui para a Agroecologia e para a reforma agrária incorporando um diálogo interdisciplinar e, sobretudo, na forma em que tem sido construída essa experiência, para um conceito de *Agroecologia* que vai além dos princípios ecológicos produtivos, agregando outros princípios e metas sociais, culturais e políticas (MACHIN SOSA, 2010).

O que se apresenta a seguir retoma o papel da comunicação na construção da Escola Popular e na formação de camponeses em Agroecologia e de assentamentos

¹ A Escola pretende ser referência regional na formação em Agroecologia e Agrofloresta, inicialmente trabalhando com cerca de 1.000 famílias que fazem parte de 7 acampamentos, os futuros Assentamentos Agroecológicos, localizados nos municípios de Prado, Teixeira de Freitas e Alcobaça.



agroecológicos. Para muitos, à primeira vista, a comunicação se reduz a essa relação emissor-receptor ou aos meios de comunicação, os quais, no caso brasileiro, segundo Fernando Paulino, são controlados por empresas que, através de uma “rede” de comunicação, camuflam o controle das principais cadeias de rádio e televisão (PULIDO, 2013).

Entretanto, a comunicação é muito mais que isso. Tomando o caso da Escola Popular, sua proposta, suas atividades e as transformações que pretende alcançar a curto, médio e longo prazo, juntas, levam a pensar a comunicação a partir de outros pontos de vista. Ou seja, uma comunicação que envolva os sujeitos do processo de maneira constitutiva, que tenha em conta seus vínculos históricos, culturais, políticos e econômicos. Em poucas palavras, uma comunicação que recupera o diálogo e a participação como eixos centrais dos processos de transformação da realidade.

Sendo assim, interessa-nos como os sujeitos participantes do processo de uma escola popular, - sejam eles, camponeses, técnicos, militantes, assessores, professores, jovens, mulheres - se preparam para gerar as transformações necessárias para a construção da Agroecologia no seu território - os assentamentos. E também como manter em diálogo os conhecimentos que os camponeses têm sobre seus territórios e os conhecimentos técnicos que enriquecem a Agroecologia.

A partir desse ponto de vista, apresentam-se a seguir alguns elementos que surgiram de maneira voluntária dentro do processo da Escola. Elementos que se referem à construção de uma noção de comunicação a partir da realidade dos sujeitos envolvidos na construção da Escola Popular, alguns resultados alcançados e os desafios para continuar trabalhando.

Região do extremo sul da Bahia

Segundo Fontes e Melo e Silva (2005), de acordo com fontes oficiais e priorizando fenômenos socioeconômicos e demográficos, a região do extremo sul da Bahia possui um perfil heterogêneo. Com uma superfície de 30.678 km² e com 21 municípios, a região caracteriza-se em três zonas constituídas em momentos históricos específicos e com diferenças significativas entre si: a litorânea, a central e a oeste (Figura 1).

A zona central é integrada pelos municípios de Teixeira de Freitas, Eunápolis e Itamaraju. É a mais povoada e faz parte de sua formação a construção da BR-101, o



ciclo de extração e exportação de madeira, a pecuária com o predomínio de grandes propriedades e os monocultivos de eucalipto para produção de celulose (FONTES E MELO E SILVA, 2005). A zona litorânea é a mais antiga de povoamento, e nela desenvolveram-se atividades turísticas como consequência da construção da BR-101. Já a zona oeste tem uma baixa densidade demográfica e possui algumas atividades econômicas como a pecuária, cultivos de cacau e café, e nos últimos 30 anos tem sido alvo de investimentos estrangeiros. Em seu conjunto, a região do extremo sul tem se convertido em uma das mais importantes economicamente para o Estado da Bahia, por ser sede de grandes projetos industriais e de investimento nas áreas da silvicultura e celulose, pecuária e turismo, projetos que se integram à economia nacional e internacional.

Na configuração atual, segundo dados de 2008 da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEESB, 2008), com as mudanças recentes da região, mais da metade das terras ainda são ocupadas por pastagens, 55,87%. Apesar disso, foi registrada redução das áreas de pastagem por conta do avanço das áreas de plantio de eucalipto, que compõe 21,54% das terras da região, seguidas dos remanescentes florestais, que representam 14,24%, sendo estes uma mescla de matas secundárias degradadas e matas primárias principalmente localizadas em topos de morros e reservas legais. As demais culturas, como cacau, café, cana-de-açúcar e mamão, representam 6,61% da área total do Estado.

A partir desses elementos, podem ser identificadas quatro principais consequências para o setor rural na região:

1. Geraram-se impactos ambientais com o desmatamento da floresta da mata atlântica, principalmente após abertura da BR-101, e com as madeireiras que se instalaram na região, que derrubavam a floresta abrindo caminho para produção extensiva de gado e do reflorestamento de eucalipto para fins industriais.
2. O investimento privado com fins agroindustriais aumentou a concentração de terra e diminuiu a demanda de mão de obra assalariada na região, agravando a situação de extinção da pequena e média propriedade rural. Isso ocasionou profundas transformações na estrutura agrária da região e consequentes desequilíbrios regionais através da tendência à reconcentração da terra, principalmente ao norte e ao sul da região.
3. A implantação de atividades rurais menos intensivas em demanda de mão de obra, como a silvicultura, tem favorecido a expulsão do “homem do campo”



mudando a estrutura fundiária, com destaque para as unidades familiares, e diminuindo a produção de alimentos na região.

4. O grande volume de investimentos públicos e privados direcionados para o dinamismo da economia regional de celulose, a pecuária e o turismo aumentam as desigualdades em educação, saúde, saneamento básico e distribuição de renda no setor rural.

Entender esse contexto de intensas mudanças na configuração do território do extremo sul da Bahia desde a década de 1970, é fundamental para poder influenciar em sua transformação. Dessa forma, é importante destacar que o êxodo rural, as desigualdades sociais e a concentração de terra propiciaram o nascimento do MST nessa região da Bahia. Com 25 anos de história, o MST, mediante enfrentamentos, ocupações, caminhadas e a construção de alianças locais e nacionais, torna-se uma possibilidade política para centenas de camponeses que buscam uma reforma agrária justa e digna.

Segundo Rezende (2012),² o MST, a partir dos anos 1990, iniciou uma mudança em nível nacional na orientação política do foco de suas lutas.

Não era mais o latifúndio improdutivo, o Estado burguês e seus aparatos, não que estes tenham deixado de existir, mas a centralidade dos enfrentamentos mudou. O MST entendeu que, com o avanço do capitalismo no campo, quem passou a ditar regras foram os grandes grupos econômicos, multinacionais que atuam desde a produção da matéria-prima ao produto final.

Mudança que, na região do extremo sul, significou colocar o foco das lutas nas empresas multinacionais, produtoras de eucalipto para celulose. Dessa forma, desde 2005, o MST vem ocupando áreas da antiga Aracruz (atual Fibria), da Veracel e da Suzano. Esta luta tem gerado frutos na região, com potencial de conquista de muitos novos assentamentos, também atuando como incentivo e fortalecimento de ocupações de outros movimentos sociais

A partir desse processo, o MST, em 2005, possuía na região 1.823 famílias assentadas e cerca de 2 mil famílias acampadas. Quanto ao território geográfico, o MST ocupava 41.396 ha de terra (ARAÚJO, 2010). Com a luta contra as empresas de eucalipto, espera-se conquistar aproximadamente 30 mil ha, assentando mais de 2 mil famílias, com a possibilidade de estabelecer parcerias com universidade, Estado e outros atores para avançar na reforma agrária com a estruturação de assentamentos agroecológicos.



Pensar em uma Escola Popular nesse contexto

O conceito de *território camponês* possibilita a compreensão de algumas características desse processo. Ao se instalarem na região do extremo sul da Bahia, os projetos econômicos do agronegócio florestal encontraram lugares nos quais uma enorme diversidade de culturas camponesas construía e ainda constrói sua existência, com a produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas.

As relações capitalistas, ao se apropriarem da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, também se apropriam de seu território. Ao perder a propriedade, seu espaço de vida, seu sítio, sua terra e território, a família camponesa é desterritorializada. Nesse sentido, simultaneamente quando o capital busca apropriar-se do território camponês, esses camponeses que já foram expulsos de suas terras organizam-se para recuperar o que perderam, fazem um movimento de reterritorialização. O processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) representa a essência da resistência do campesinato no enfrentamento com o capital (FERNANDES, 2012).

É a desterritorialização que repercute sobre o modo de vida dos trabalhadores do campo e das comunidades, cria uma situação de insegurança alimentar e de contaminação ambiental e humana e modifica as relações de trabalho. Soma-se a isso a vinda de trabalhadores rurais de outras regiões, que por diferentes razões perderam seu território e seguem em busca de novas possibilidades.

O que se deseja na organização de Assentamentos Agroecológicos³ é retomar e reconstruir esse território camponês a partir da compreensão de que a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental. Diante da conjuntura de parcerias interinstitucionais envolvendo o movimento social, a universidade, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Governo da Bahia, empresas privadas e organizações do Terceiro Setor, pretende-se avançar na concepção e estruturação dos assentamentos da região.

³ Esse é o nome dado ao projeto, parceria do MST com a Esalq/USP e o Instituto Cabruca que trabalha com sete acampamentos localizados nos municípios de Prado, Teixeira de Freitas e Alcobaça. Sendo estes: São João, Bela Manhã, Jacy Rocha, Herdeiros da Terra, José Martí, Abril Vermelho e Antônio Araújo.



Nesse sentido, a construção da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto cumpre um importante papel na luta pela reforma agrária e na reconstrução do território camponês na região. Além de apontada como uma demanda regional, investir na educação e na formação dos sujeitos envolvidos no processo é uma das formas de construir a instrumentalização e autonomia produtiva dos camponeses e, assim, garantir a sustentabilidade dos assentamentos ao longo do tempo, colocando as famílias como os sujeitos desta transformação.

A Agroecologia é entendida como ferramenta estratégica para o desenvolvimento dos assentamentos e do território, caracterizando uma proposta de se fazer agricultura valorizando os conhecimentos tradicionais, utilizando e desenvolvendo tecnologias apropriadas que potencializem as formas de organização coletiva. A Escola pretende ser referência regional na formação em Agroecologia e Agrofloresta, ser um espaço educador que tenha como seus pilares a coletividade, o trabalho, o estudo, a participação e a organicidade.

A Escola se propõe ainda a praticar uma pedagogia que impulse a participação democrática, a valorização do meio rural, a identidade de assentado/agricultor/habitante do extremo sul da Bahia, a iniciativa e a criatividade, a coerência entre o que se ensina e o que se realiza e a construção dialógica e crítica do conhecimento.

Durante os primeiros dois anos de existência, a Escola atuou em dois eixos principais: na formação da própria equipe da escola e de uma equipe que atua nos Assentamentos Agroecológicos; e na realização de algumas atividades de formação e capacitação em Agroecologia. Pretende-se, a partir de algumas experiências concretas, poder consolidar referências regionais de Agroecologia em assentamentos rurais e avançar na construção da Agroecologia na região.

O desafio principal do processo é fazer com que a Escola seja parte do cotidiano das famílias assentadas e acampadas, compreender a realidade, capturar as demandas e contribuir para a transformação social. Dessa forma, o diálogo da equipe de condução da Escola e da equipe que atua no cotidiano com as famílias é fundamental para o planejamento de atividades de formação e o bom andamento dos trabalhos.

Assim, após um ano de aproximação a essa realidade, foi possível organizar o primeiro módulo (de três) de um processo de formação de formadores em Agroecologia, que tem como foco os sujeitos das sete áreas mencionadas. Esse processo de formação quer apropriar os 51 participantes em ferramentas e metodologias para o planejamento e



a implantação de agroecossistemas diversificados e a transição agroecológica das famílias e dos assentamentos da região do extremo sul da Bahia, além de organizar Núcleos de Agroecologia e Educação, que irão atuar com as famílias dos assentamentos juntamente com a Escola e com o Coletivo de Comunicação.

Coletivo de comunicação

O que torna popular uma escola popular? Este é um dos pontos de partida para pensar uma estratégia de comunicação a partir de e para os próprios acampados e assentados. Nesse sentido, existem quatro elementos importantes: a) uma escola popular é aquela que parte das contradições existentes, ou seja, parte de uma leitura crítica da realidade e do papel da educação formal nesse contexto; b) uma escola popular é aquela que politicamente cumpre o papel de mediação nos processos de transformações dos setores populares camponeses; c) uma escola popular é aquela que desenha um Projeto Político-Pedagógico para a difusão, produção de conhecimentos e construção de novas relações entre as pessoas e destas com a natureza; d) por último, uma escola popular é aquela que promove a participação coletiva dentro dos territórios camponeses mediante diferentes espaços educadores, de trabalho e organização (PIZETTA, 2013).

Este último elemento relacionado com a participação resulta ser muito importante na construção da Escola e na construção de sua estratégia de comunicação. A comunicação nesse sentido se relaciona com as necessidades de comunicar-se e fazê-lo bem, ou seja, um diálogo entre os interlocutores do processo que contribua para o fortalecimento do próprio processo para alcançar as transformações desejadas. Para isso, considera as formas de dizer, fazer e representar dos camponeses em seus territórios e no movimento, a fim de a partir daí recriar os processos de formação e informação da Escola.

O coletivo de comunicação é composto por jovens dos setores de juventude e comunicação dos acampamentos Jacy Rocha, São João, Rosa do Prado, Herdeiros da Terra, Abril Vermelho e 25 Anos. Jovens com uma participação ativa dentro do movimento e que de maneira direta ou indireta mostraram interesse na produção de meios de comunicação, especialmente vídeo, fotografia e jornal.

O coletivo iniciou um processo de formação que tinha como foco quatro elementos:



1. Território. Neste tema, utilizando a ferramenta do desenho, os jovens desenharam sua representação do lugar que habitam. A partir daí, gerou-se um diálogo sobre as situações que os levaram a fazer parte desse processo em uma região de monocultivos de eucalipto. Isso permitiu reconhecer que o território se constrói como resultado das lutas e contradições do setor rural, e, ainda assim, são geradas condições de permanência em termos históricos, culturais, políticos, organizacionais, produtivo e ambiental.
2. Território e comunicação. Considerando etimologicamente a palavra *comunicação*, que significa *colocar em comum*, *compartilhar*, *participar*, *criar comunidade*, exploraram-se os modos de dizer, de fazer e de representar dentro dos acampamentos. Isso permitiu mostrar que a comunicação está presente de diferentes formas dentro do acampamento e desmistificar que a comunicação são apenas os meios de comunicação.
3. Comunicação e diagnóstico. A ideia deste ponto foi fazer uma descrição gráfica dos intercâmbios que acontecem dentro e fora dos acampamentos em termos de informação, relacionados principalmente com as atividades agrícolas, sem desconsiderar as outras dimensões do território. Ainda que nem todos os membros do coletivo estejam diretamente relacionados com a produção, os diagnósticos permitiram identificar como se percebe o trabalho da Escola e suas atividades de formação em Agroecologia. Com isso, surge a necessidade de fortalecer, a partir da comunicação, três elementos: a) intercâmbio de experiências; b) socialização de conhecimentos populares que os camponeses dos acampamentos possuem; c) propiciar diálogos sobre como a Agroecologia se relaciona com os diferentes sujeitos em um acampamento (jovens, mulheres, agricultores, dirigentes, técnicos) (Figura 2).
4. Maleta de vídeos e jornal. Buscando atender a estas necessidades de comunicação, a partir do coletivo foram propostas duas ferramentas: jornal e maleta de vídeos.
 - a. Jornal *A Farinhada*: apoiado no significado local que têm as farinheiras como espaço de comunicação e socialização entre os assentados, o jornal está dedicado a levar e trazer histórias e socializar os aprendizados que estão surgindo no processo de construção da Escola Popular. Mostrando trabalho solidário, com cantos e brincadeiras, com um jeito de fazer prazeroso, compartilhado por compadres e comadres (Figura 3).



- b. Maleta de vídeos: Foi pensada para atuar como ferramenta audiovisual pedagógica em processos de formação, fortalecendo o trabalho dos técnicos nos acampamentos e trazendo experiências e conhecimentos de outros lugares. Está organizada em sete temáticas — Agroecologia, Agrofloresta, Cultura, Educação, Questão Agrária, Gênero e Realidade Brasileira (Figura 4).⁴

Considerações finais

A riqueza que tem a comunicação nos processos de formação, como é o caso da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, está nas possibilidades que oferece para enriquecer o processo. Quer dizer, nesta época de globalização e sobrecarga de mensagens comunicativas, pensar a comunicação a partir dos modos de ação, inter-relações e valores que têm os camponeses em seus territórios permite o diálogo entre o saber popular camponês e os conhecimentos científicos que enriquecem a Agroecologia e, assim, prevê a formulação de mensagens com a participação dos interlocutores em função das necessidades de aprendizado das comunidades. Portanto, pensar a comunicação entre interlocutores supõe falar de sujeitos — não de objetos —, de desenvolvimento com direito a participar, através dela, na definição de suas próprias prioridades em relação à forma como se pode conseguir uma melhor qualidade de vida.

Com os jovens e a equipe da Escola Popular, procura-se avançar nessa proposta. Para isso, criam-se alguns espaços de diálogo-formação e ao mesmo tempo se produzem algumas peças comunicativas que têm um valor de uso para as famílias camponesas, a fim de que estas possam participar do processo da Agroecologia. E, como diria a professora Elza Sousa Salles, em um poema sobre a Agroecologia:

*nosso lema não é só produção
nos preocupamos com sua vida*

⁴ Cinco recomendações para utilizar a maleta: 1) o Núcleo de Agroecologia e Educação ou o Setor de Produção de cada acampamento ou assentamento pode utilizar os vídeos para debater algum tema junto aos acampados e assentados; 2) os jovens podem organizar um cineclubes, programar para qualquer dia da semana a exibição de um dos vídeos e, ao final da exibição, preparar uma fala sobre o seu tema, provocando o debate entre todos os participantes; 3) as mulheres podem realizar suas reuniões de trabalho e estudos coletivos, começando por conhecer diversas experiências de organização de mulheres que estão presentes nos vídeos da maleta; 4) os educadores podem aproveitar os vídeos da maleta para introduzir alguns temas dentro de suas aulas e enriquecer seus trabalhos; 5) os técnicos podem marcar um cineclubes para complementar os debates que fazem no dia a dia com as famílias em suas roças ou, quando identificarem um problema no acampamento ou assentamento, propor a exibição de um filme que dialogue com esse problema.



*vida de outras vidas
que é a beleza do sertão
felizes são as camponesas Sem Terra
sem agrotóxico plantam o chão*

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. A luta pela terra na região extremo sul da Bahia/Brasil: um estudo da espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1985–2005). Trabalho apresentado no VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, no GT 18- Reforma agrária: territorialidade e desenvolvimento sustentável, Porto de Galinhas, 2010. P 5.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Dicionário da educação do campo. Caldart, Roseli Salete. et al. (org.) Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 746-750.

FONTES, Ednice de Oliveira; MELO e SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de. Desigualdades regionais no extremo sul da Bahia: desafios e oportunidades. Anais do X Encontro de Geografia da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005.

MACHÍN SOSA, Braulio et al. Revolución Agroecológica: el movimiento de campesino a campesino de la ANAP en Cuba. <http://www.viacampesina.org/downloads/pdf/sp/2010-04-14-rev-agro.pdf> Consultado em maio de 2013.

PIZETTA, Adelar. Construção de Uma Escola Popular no Contexto da Reforma Agrária. Seminário Plano de Implantação, Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, 16 e 17 de março de 2013.

PULIDO, Fernando. Mapa mediático y situación política de Brasil. http://www.kas.de/wf/doc/kas_15465-1522-1-30.pdf?110208220805. Consultado em maio de 2013.

REZENDE, Ana Paula Capello. Esalq e MST no processo de construção de um Centro de Formação, Educação e Pesquisa em Agroecologia e Sistemas Agroflorestais no extremo sul da Bahia. Relatório de Estágio Profissionalizante. Esalq, USP. Piracicaba, Junho, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Uso atual das terras: bacias do extremo sul e do Rio Jequitinhonha. Salvador: SEI, 2008. 176 p. il. (Série de estudos e pesquisas, 81).

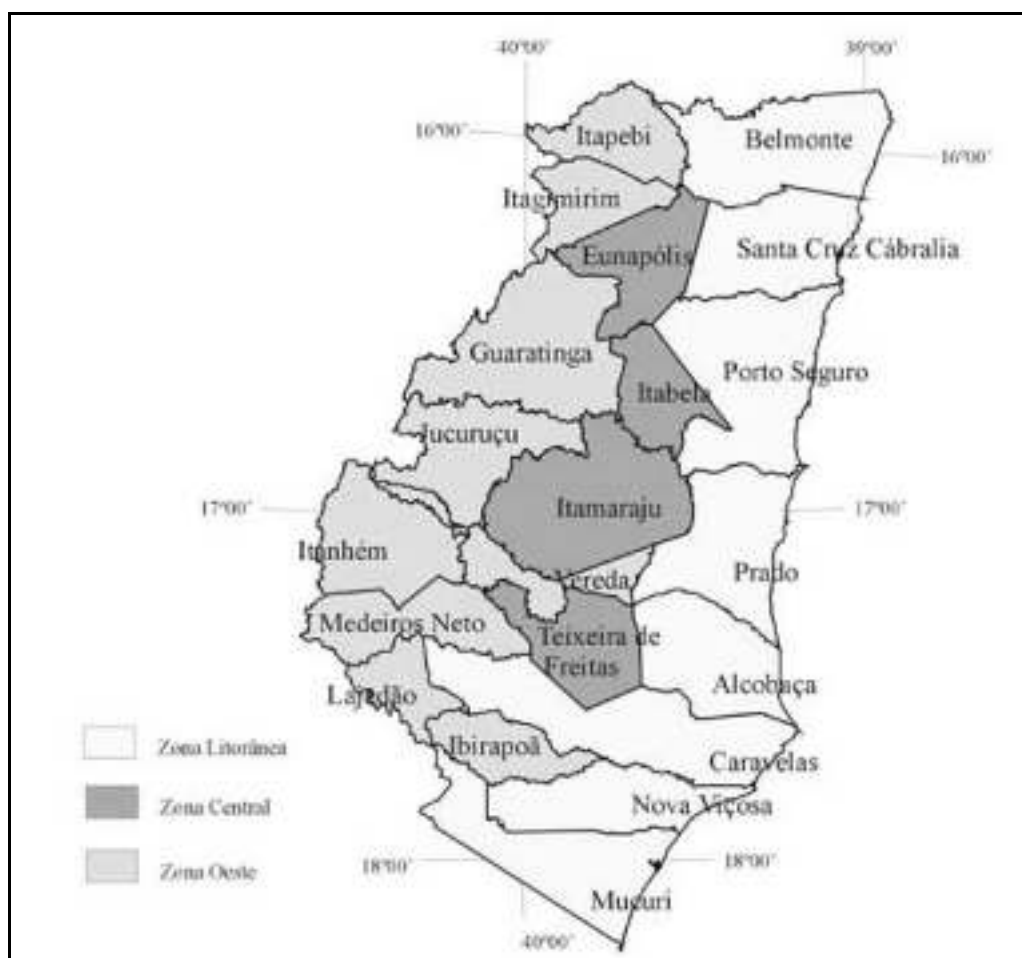


Figura 1: Região do extremo sul da Bahia

Fonte: FONTES E MELO E SILVA, 2005: p. 53-59;

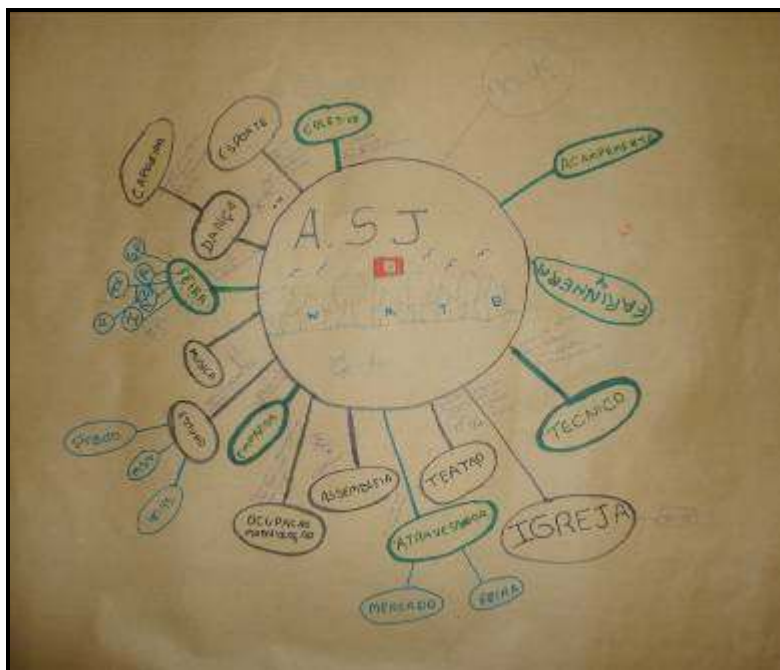


Figura 2: Diagnóstico da comunicação elaborado por jovens do Acampamento São João



Figura 3: Maleta de vídeos da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto



Figura 4: Jornal *A Farinhada*, elaborado pelos jovens do coletivo de comunicação